

Médio e baixo Xingu: acumulação de processos na produção do espaço regional¹

Juliana Siqueira²
Ana Paula Dal'Asta³
Silvana Amaral⁴
Maria Isabel Sobral Escada⁵
Antônio Miguel Vieira Monteiro⁶

Resumo

Protagonista de diversos episódios da história do Brasil, a região do Médio e Baixo Xingu ainda permanece desconhecida pelos mais diversos setores da sociedade. A partir dessa perspectiva, a estratégia utilizada para revelar alguns dos diferentes elementos responsáveis pela produção do espaço regional foi a de conjugar o exercício teórico ao empírico, que nesse caso significa aliar parte do conhecimento produzido sobre a região, ao discurso de alguns de seus diferentes agentes de transformação. Para isso adotou-se como marcos os processos: colonização, abertura da Transamazônica, conflitos por terra e construção da UHE Belo Monte, cujos efeitos sobre a produção do espaço regional são considerados definitivos. Como parte desse esforço coletivo, a partir de entrevistas em instituições (do Primeiro, Segundo e Terceiro setores) consideradas centrais, bem como com comunitários de diferentes localidades

¹ Este trabalho foi produzido a partir das discussões e trabalhos de campo vinculados ao projeto “Urbis Amazônia: qual a natureza do urbano na Amazônia contemporânea?”, financiado pelo ITV-DS – Instituto Tecnológico Vale – Desenvolvimento Sustentável – e pela Fundação Vale através de convênio estabelecido com a FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais. Os autores agradecem à instituição financiadora e aos demais colegas do coletivo Urbis pelas contribuições.

² Possui graduação em Estatística pela UnB. Mestre em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG) e colabora no projeto UrbisAmazônia vinculada ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Correio eletrônico: siqueira@dpi.inpe.br.

³ Possui graduação e mestrado em Geografia pela UFSM. Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e colaboradora do projeto UrbisAmazônia. Correio eletrônico: anapdalasta@dpi.inpe.br.

⁴ Possui graduação em Ecologia pela UNESP, mestrado em Sensoriamento Remoto pelo INPE e doutorado em Informação Espacial pela Escola Politécnica da USP. Atualmente é professora e pesquisadora da Divisão de Processamento de Imagens do INPE e colaboradora do projeto UrbisAmazônia. Correio eletrônico: silvana@dpi.inpe.br.

⁵ Possui graduação em Ecologia pela UNESP, mestrado e doutorado em Sensoriamento Remoto pelo INPE. Atualmente é professora e pesquisadora da Divisão de Processamento de Imagens do INPE e colaboradora do projeto UrbisAmazônia. Correio eletrônico: isabel@dpi.inpe.br.

⁶ Possui graduação em Engenharia Elétrica pela UFES, mestrado em Computação Aplicada pelo INPE e doutorado em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (The University of Sussex at Brighton). Atualmente é professor e pesquisador da Divisão de Processamento de Imagens do INPE. Coordenador do Programa Espaço e Sociedade do INPE e do projeto UrbisAmazônia. Correio eletrônico: miguel@dpi.inpe.br.

da região, reuniu-se argumentos que permitem colaborar com o debate sobre a acumulação de processos na Amazônia brasileira e no Médio e Baixo Xingu de forma particular.

Palavras-chaves: Médio e Baixo Xingu, Transamazônica, Conflitos por Terra, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Amazônia.

Abstract

A protagonist of many episodes in the history of Brazil, the Medium and Low Xingu region remains unknown to the most diverse sectors of society. From this perspective, the strategy used to reveal some of the different elements responsible for the production of regional space was to combine theoretical and empirical exercise, which in this case means allying the produced knowledge about the region, to the speech of some of their different transformation agents. For it was adopted as a framework the processes: colonization, opening of the Transamazônica, land conflicts and construction of the Monte Hydropower plant, whose effects are considered definitive on the production of regional space. As part of this collective effort, based on interviews in institutions (from the First, Second and Third sectors) considered central, as well as interviews with inhabitants from different villages in the region, this article gather arguments that contribute to the debate about the accumulation of processes in the Brazilian Amazônia and in the Medium and Low Xingu in a particular way.

Keywords: Medium and Low Xingu Region, Transamazônica, Land Conflicts, Belo Monte Hydropower plant, Amazônia.

1. Introdução

Na Amazônia brasileira, e na região do Médio e Baixo Xingu de forma particular, o eixo de coexistências descrito por SANTOS (2012), produzido pela sobreposição da assincronia dos diversos momentos históricos, se cristaliza de forma a refletir um largo espectro de situações e conflitos. Seu espaço, que atesta as decisões de diferentes agentes, conjuga hoje elementos que partem do local ao global, de modo a permitir que *“as mesmas pessoas tenham os diferentes momentos de sua vida atravessados, às vezes num único dia, por diferentes temporalidades da história”* (MARTINS, 1997, p. 28).

No Médio e Baixo Xingu os fluxos não tem a mesma rapidez. A velocidade dos rios, não é a mesma que a velocidade das estradas, que por sua vez se mistura à velocidade das aeronaves e dos diferentes meios de comunicação, de modo a embaralharem-se em um espaço cujas

fronteiras nem sempre são discerníveis. Por outro lado, a partir do discurso ideológico da modernidade e da lógica de apropriação/violência, as estruturas se (re)organizam em prol do pleno amadurecimento do capitalismo, de modo a tentar conferir “normalidade” aos antagonismos sociais presentes na região.

Nessa trajetória, é razoável dizer que a colonização apenas assumiu diferentes formas. Da dominação estrangeira iniciada a partir do século XVII, passando pela ditadura militar e pelos diferentes governos democráticos brasileiros, a região do Médio e Baixo Xingu sempre foi encarada como um espaço periférico do mundo capitalista. Como tal, se por um lado deveria ser defendido dos interesses estrangeiros (visto que representava uma importante fonte de recursos econômicos), por outro, não se assumia o compromisso de promover seu desenvolvimento integral e reduzir suas vulnerabilidades.

Como agravante, as políticas econômicas implementadas na região tendem a mascarar a promoção do desenvolvimento local com discursos como o da integração cultural (como no caso de diversos movimentos missionários), social (como no caso da atração de migrantes de diversas partes do Brasil para desenvolver economias como a da borracha) e instalação de infraestruturas (como no caso da rodovia Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Belo Monte). Com essa posição, impõe-se também a lógica dos surtos capitalistas, que partem de interesses econômicos muitas vezes desarticulados e invariavelmente descompromissados com a promoção do desenvolvimento integral e continuado da região.

Nesse processo, intensifica-se também a dificuldade de resistência, visto que muitas vezes os agentes envolvidos na promoção dos direitos locais se enfraquecem frente à imposição de exigências capitalistas. Estas, quando não promovidas pelo Estado (colonial ou não), são com frequência legitimados ou mesmo deliberadamente incentivados por ele. Isso se evidencia frente ao empoderamento de grandes empresas, como de mineração, agronegócio e eletricidade, que ao conquistarem cada vez mais campo de atuação no contexto local, suprimem gradativamente interesses de pequenos agricultores, populações tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas) ou urbanas de baixa renda.

Como uma tentativa de evidenciar algumas invisibilidades (re)produzida no Vale do Xingu entre os municípios de Altamira e Porto de Moz, este artigo se propõe a colaborar com a compreensão de como o espaço e seus diferentes agentes de transformação se alteraram ao longo do tempo na região. Para isso, a partir da perspectiva de que os eventos estão inseridos em uma conjuntura histórica e que, portanto, não podem ser compreendidos isoladamente no

tempo e no espaço, analisam-se alguns processos desencadeados no Médio e Baixo Xingu e como estes se manifestam e assumem diferentes formas em uma região que deve ser reconhecida como heterogênea.

Nesse sentido, assumiu-se que o processo de colonização, a construção da Rodovia Transamazônica, a intensificação dos conflitos por terra e mais recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), impuseram uma ampla conversão do espaço “natural” em espaço produtivo, que em comum, possuem o fato de exprimirem necessidades de emancipação do capital, e conseqüentemente, de reproduzirem a desigualdade e exclusão traduzidas em diversos conflitos sociais e políticos na região.

A estratégia utilizada para revelar alguns dos diferentes elementos responsáveis pela produção do espaço regional foi a de conjugar o exercício teórico ao empírico, que nesse caso significa aliar parte do conhecimento produzido sobre a região ao discurso de alguns de seus diferentes agentes de transformação. Com isso pretende-se esboçar a articulação de distintas perspectivas, bem como conferir centralidade a sujeitos ou organizações recorrentemente invisibilizados. Como parte desse esforço coletivo, a partir de entrevistas em instituições (do Primeiro, Segundo e Terceiro setores) consideradas centrais, bem como com comunitários de diferentes localidades da região, reuniu-se argumentos que permitem colaborar com o debate sobre a acumulação de processos na Amazônia brasileira e o Médio e Baixo Xingu de forma particular.

2. Área de estudo

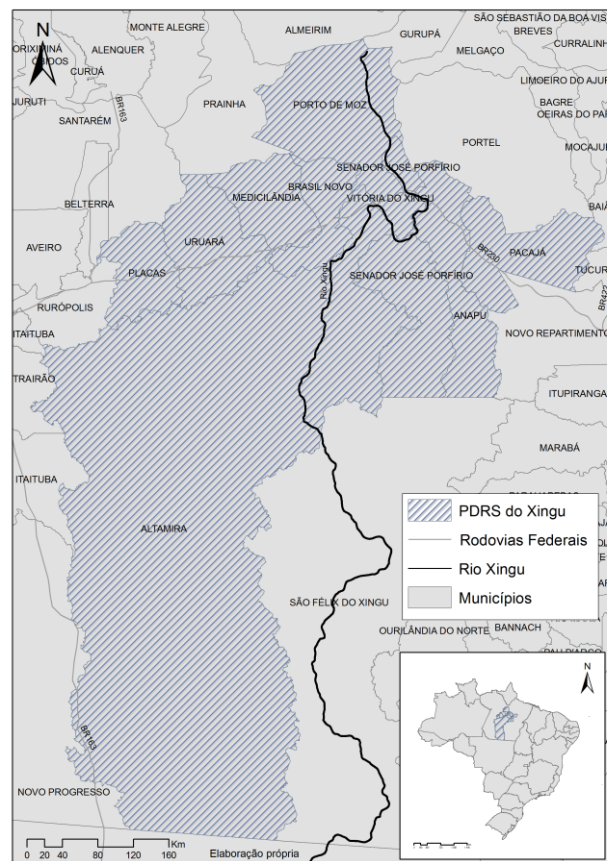
O Vale do Xingu, que se inicia no estado de Mato Grosso e se encerra ao norte do Estado do Pará, corresponde às regiões de influência do rio Xingu descritas como Alto, Médio e Baixo Xingu. Nesse trabalho, a área analisada compreende os municípios dispostos no Médio e Baixo Xingu, que reunidos coincide com a área definida pelo Pano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS do Xingu)⁷ e com a Região de Integração do Xingu do Estado do Pará⁸, uma das doze regiões de integração do estado.

⁷ O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu surge da parceria entre o Governo Federal, Estadual, municipais e a sociedade civil, como um instrumento de promoção de políticas públicas frente às grandes obras de infraestrutura na região, a saber, Transamazônica e Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

⁸ Instituídas em 2007 pelo Governo do estado do Pará, as Regiões de Integração Regional têm por objetivo a integração das ações governamentais nos múltiplos territórios existentes, por meio do Planejamento Territorial Participativo.

Nesta região estão os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu (Figura 1) que em conjunto correspondem a 20,1% do território estadual (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2015). A opção pela área em questão deve-se à grande quantidade de processos históricos comuns que remontam os percursos passados e presentes da região.

Figura 1: Municípios da região sudoeste do Pará integrantes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu/Região de Integração do Xingu.



3. Material e método

A fim de melhor compreender a atuação dos diferentes agentes organizacionais no Médio e Baixo Xingu, realizou-se um primeiro trabalho de campo no período entre 19 de junho a 2 de julho de 2014, em instituições do Primeiro, Segundo e Terceiros setores, sediadas nos municípios de Altamira (Tabela 1)⁹. Nessa fase, coletaram-se informações quantitativas (quando disponíveis) e qualitativas sobre a atribuição de diferentes instituições, atuação

⁹ As instituições foram selecionadas conforme a relevância de sua atuação no cenário local e a disponibilidade de seus representantes.

histórica, posição ideológica, principais desafios enfrentados e projeções de cenários futuros para a região.

Tabela 1 – Instituições visitadas no município de Altamira

Instituição	Setor
Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN)	Primeiro
Secretaria de Assistência Social e Trabalho	Primeiro
Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	Primeiro
Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (SEMAT)	Primeiro
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Primeiro
Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante (NASPM)	Segundo
Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)	Terceiro
Prelazia do Xingu	Terceiro
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira (STTR)	Terceiro
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Terceiro

Em uma segunda etapa, entre os dias 06 a 18 de outubro de 2014, foram visitadas 24 comunidades localizadas na região de influência da rodovia Transamazônica, nos municípios de Uruará, Brasil Novo, Medicilândia, Vitória do Xingu, Altamira e Anapu. Nessa ocasião entrevistaram-se representantes locais¹⁰, que responderam questionários sobre: estrutura demográfica, mobilidade populacional, uso da terra, uso de recursos florestais, características de infraestrutura, bem-estar, saúde, educação, bem como a caracterização urbana das diferentes comunidades e das sedes dos municípios visitados.

A partir dos dados coletados nessas duas incursões a campo, foram analisadas informações qualitativas (tanto nas entrevistas nas instituições centrais, quanto nas entrevistas nas comunidades) extraídas a partir de questionários semiestruturados. Para isso, alguns dos diferentes discursos foram enquadrados como referência a seus distintos momentos históricos, a partir dos marcos: colonização, abertura da Transamazônica, conflitos por terra e construção da UHE Belo Monte.

¹⁰ Buscou-se entrevistar prioritariamente o líder comunitário ou morador antigo que pudesse relatar os processos históricos da comunidade, um representante da área de saúde (agente de saúde, enfermeiros ou médicos), um representante da área de educação (professor ou diretor da escola) e um agricultor e/ou extrativista.

Tabela 2 – Comunidades visitadas no Médio e Baixo Xingu

Nome	Município
Distrito Alvorada (km 40)	Uruará
Vila União da Floresta	Medicilândia
São Brás	Medicilândia
Agrovila Nova Esperança ou São Miguel	Medicilândia
Agrovila Tiradentes	Medicilândia
Agrovila Verde Floresta	Medicilândia
Agrovila Jorge Bueno da Silva	Uruará
Grande Esperança	Brasil Novo
Princesa Isabel	Brasil Novo
Agrovila Duque de Caxias (km 55)	Altamira
Agrovila Nova Fronteira (km 80)	Medicilândia
Agrovila Princesa do Xingu	Altamira
Agrovila Carlos Pena Filho	Medicilândia
Agrovila Planaltina	Brasil Novo
Vila Belo Monte II	Vitória do Xingu
Agrovila Leonardo da Vinci	Vitória do Xingu
Silo Bananal	Vitória do Xingu
Comunidade Imaculada Conceição	Vitória do Xingu
Agrovila Olavo Bilac (São José)	Brasil Novo
Agrovila Presidente Kennedy (km 16)	Brasil Novo
Agrovila Isabel	Anapu
Vila Belo Monte do Pontal (Belo Monte I)	Anapu
Agrovila Divino Espírito Santo (Vila Sucupira)	Anapu
Vila Surubim	Anapu

A associação de diferentes fontes de dados e escalas espaciais permitiu, entre outras coisas, a melhor compreensão dos processos históricos e de alguns de seus reflexos na produção do espaço regional. Ou seja, a diversificação de olhares, sejam eles teóricos, de agentes institucionais ou de moradores da região, possibilitou a aproximação do objetivo de sobrepor algumas das diferentes temporalidades que se acumulam no Médio e Baixo Xingu.

Neste trabalho, alguns dos diferentes discursos representativos foram selecionados de modo a confrontar, complementar e preencher lacunas de parte sobre o conhecimento acumulado sobre a região. Com isso pretende-se, não esgotar as possibilidades de análise de discurso dos diferentes interlocutores, mas destacar alguns considerados reveladores de processos passados, presentes e percepções futuras para o Médio e Baixo Xingu.

4. Breve apresentação da formação histórica da região do Vale do Xingu

4.1 - Colonização – iniciada no século XVII

A formação histórica do Médio e Baixo do Xingu, devido à multiplicidade de processos econômicos, políticos e sociais, se confunde com a própria trajetória do Brasil. Como evidência dessa pluralidade, observa-se a presença diversos grupos autóctones, visto que em sua bacia encontram-se 21 Terras Indígenas demarcadas, onde vivem 24 comunidades, que representam três dos quatro macro-troncos linguísticos existentes no Brasil: Tupi (Asurini do Xingu, Araweté, Juruna, Kuruaya, Parakanã e Xipaya), Jê (Kayapó, Xikrin e Kararaô) e Karib (Arara) (MAGALHÃES, 2005, p. 257 *apud* FLEURY, 2014 p. 10).

De maneira estreita, mesmo porque os processos de povoamento europeu na Amazônia permanecem mal estudados, é possível estabelecer um marco no século XVII, quando a região foi colonizada por ingleses, holandeses e principalmente portugueses e missões religiosas. Estes colonizadores impuseram uma nova lógica territorial e desenvolvimentista que produziu conflitos de diversas ordens com os diferentes grupos étnicos que ali viviam (ou mesmo entre as divergentes ambições colonialistas) (MARIN, 2010, p. 8). Segundo Bezzera Neto *apud* (BECKER, 2013, p. 25), em 1559 os holandeses já haviam fundado a feitoria de *Orange e Nassau* às margens do rio Xingu e empreenderam as primeiras tentativas de ocupação da região.

No século XIX, principalmente a partir de 1860, com o aumento da demanda no mercado mundial pela borracha, a região se destaca na economia nacional por dispor de uma alta concentração de *Hevea Brasiliensis* (espécie de seringueira de qualidade superior) localizada principalmente às margens do Rio Xingu e seus igarapés (MORAES, 2007, p. 35). Em função da expansão dessa economia, registra-se um grande fluxo migratório, principalmente de nordestinos em busca de trabalhos nos seringais, que muitas vezes se submetem a condições laborais degradantes, constantes endividamentos e pouca liberdade de produção. Com relação ao fluxo migratório originário nesse período, o morador da comunidade Silo Bananal (Vitória do Xingu), cujos pais emigraram do Ceará recorda:

“A gente veio pra cá porque era muito sofrido o Nordeste. Inclusive naquela época era muito falado o ‘soldado da borracha’. A Amazônia era muito visada. Meu pai era casado recente, na época o Nordeste

era uma seca muito grande, aí ele veio pra cá trazido por algumas pessoas que já eram daqui. Ele trabalhou no Alto Iriri.”

Nesse período, a despeito de suas restrições de navegabilidade, visto que o Rio Xingu caracteriza-se pela presença de cachoeiras, formação de leito rochosa e considerável redução do volume de água no período da estiagem¹¹, a região ainda se orientava pela lógica do rio e os deslocamentos podiam levar horas, dias ou até meses¹². Além disso, as relações de territorialidade ainda não estavam plenamente estabelecidas e a terra, todavia não possuía o valor de mercadoria e disputa adquirido em décadas subseqüentes (BECKER, 1990a, p. 24).

4.2 - Transamazônica - décadas de 1960 e 1970

Principalmente a partir de 1960, com as intervenções geopolíticas do Estado na produção do espaço amazônico, a circulação por meio de estradas e rodovias passa a ganhar importância, bem como a complexidade e diversidade dos meios de deslocamento. O principal marco desse processo na região foi a construção da Rodovia Transamazônica (ou BR-230), anunciada em 16 de junho de 1970, como parte do Plano de Integração Nacional (PIN).

A rodovia, que atualmente possui 4233 km de extensão entre as cidades de Cabedelo na Paraíba e Lábrea no Amazonas, foi construída a partir da racionalidade de que a Amazônia (vulnerável e atrasada) deveria ser integrada ao restante do país (estável e desenvolvido). Para isso, o Estado promoveu a migração de brasileiros, com vistas a defender a Amazônia da cobiça internacional e, em contrapartida, reduzir as tensões sociais e agrárias que se desencadeavam principalmente no Sul e no Nordeste brasileiro (BECKER, 1990b; MIRANDA, 1990). A moradora da Agrovila Nova Fronteira (Medicilândia), nascida no Rio Grande do Sul destaca:

“Nasci em Soledade, Rio Grande do Sul. De lá, em 1972, viemos pra Transamazônica. Já vim mesmo pra essa Agrovila. Dia 15 de Julho de 1972. Nós viemos com carro próprio. A primeira família que entrou na Transa de carro fomos nós. Nós decidimos vir pra cá, por que lá

¹¹ De acordo com Andrade e Viveiros de Castro (1988), as cachoeiras do Xingu dificultaram o acesso dos colonizadores europeus e funcionavam como um entreposto para a formação de vilas, visto que não podiam avançar facilmente na região.

¹² Apesar de sua formação rochosa, de acordo com MIRANDA et al (1988, p. 83) apud FLEURY (2004, p. 09), “a soma das vazões médias dos Rios Danúbio, Pó, Reno, Ródano, Nilo, Loire, Sena e Ebro representa aproximadamente a vazão média do Rio Xingu”, o que lhe confere um alto potencial de navegação.

estava feio, nós tínhamos casa de alvenaria, tínhamos comércio, tínhamos duas terras, mas era tudo muito montanhoso. A terra era muito difícil pra trabalhar. E também era pouca. Nós sempre escutávamos as propagandas daqui, no rádio... tínhamos 9 filhos. Aí eu falei pro meu marido: vamos vender ou alugar aqui e vamos embora pra Transamazônica que está em tempo de arrumar terra pra todo mundo. Falei pra ele vir olhar primeiro. Nós chegamos sem nada e compramos a terra. Chegou em Altamira e veio ver o que tinha aqui, mas não tinha nada. Aí foi até o km 70, porque lá já tinha moradores. Inclusive conhecido nosso. E ele veio para o km 70 e negociou com um arrependido ¹³.”

O morador da comunidade Belo Monte do Pontal (Anapu) que chegou na região em 1972, oriundo do Ceará também destaca:

“Veio chegar gente de outros estados com o loteamento da Transamazônica. De todos os estados do Brasil, quase. Veio mais gente do Nordeste: Paraíba, Pernambuco, Ceará, Alagoas. Trazidos pelo Governo Federal para habitar a Transamazônica: ‘Integrar para não entregar’.”

Nesse contexto, a terra na Amazônia, como já observado em outras regiões do Brasil, ganha expressão como valor de troca, mercadoria, em contraposição ao seu valor de uso. Para promover, regular e orientar esse processo, criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que, nesse contexto, dividia a rodovia Transamazônica em três áreas denominadas Projetos Integrados de Colonização (PICs), a saber: Marabá, Altamira e Itaituba (FEARNSIDE, 1989, p. 11; MIRANDA, 1990, p. 35).

Entre as cidades de Altamira e Itaituba, por sua disposição em meio a dois importantes centros, a qualidade do solo e a pretensão de incorporar aspectos positivos de outras experiências fomentadas na região, empreendeu-se a primeira tentativa de colonização dirigida às margens da Transamazônica. O Projeto Altamira, como foi chamado, seguia a lógica da “espinha de peixe”, uma analogia ao desenho formado pelas faixas de 100 km

¹³ As pessoas/famílias que tomam posse da terra e por algum motivo decidem se desfazer do terreno a fim de retornarem à seus lugares de origem ou partirem para outra localidade, são recorrentemente denominadas de “arrependidos”.

delimitadas em cada margem da rodovia. A partir dessa concepção, a Transamazônica era cortada a cada 5 km por vias secundárias (denominada localmente de “faixas” ou “travessões”), de modo a formar originalmente lotes (parcelas) de aproximadamente 100 ha (MIRANDA, 1990, p. 36-38).

O projeto estava baseado no que se denominou de “urbanismo rural”, que se organizam segundo uma hierarquia de infraestrutura social, cultural e econômica em três tipologias de centros planejados: agrovila, agrópolis e rurópolis. Nessa medida, a agrovila equivalia a menor unidade (totalizando cerca de 50 casas) e se destinava essencialmente à residência dos colonos e à provisão de serviços básicos, como escola, posto de saúde, comércio, lazer e administração. A agrópolis, por sua vez, era um centro projetado para servir entre 8 e 22 agrovilas e que por isso possuía uma rede de infraestrutura proporcionalmente mais complexa. A rurópolis, por fim, era o principal centro de referência no meio rural e agregava uma população de cerca de 20.000 pessoas (FEARNSIDE, 1989, p. 11; MIRANDA, 1990, p. 39). Com relação a este sistema implementado pelo Incra, o morador residente na Agrovila Leonardo da Vinci (Vitória do Xingu), que chegou à região em 1971 oriundo de Santa Catarina lembra:

“O Incra trazia de todo lugar do Brasil. De avião, jato, traziam direto. Nós viemos de navio. Os primeiros chegaram de navio. Depois que veio de jato. O navio deixava a gente em Vitória do Xingu. No inverno (período de chuva), a linha que fazia aqui era helicóptero, levando o pessoal, trazendo, levando comida, doentes, quando alguém adoecia. Primeiro fizeram um alojamento para os colonos, um lugar para vender ferramentas, um Cobal (supermercado) e uma farmácia. Aí que começou a fazer as casas para o povo vim. ”

A fim de promover o uso racional da terra, o Incra estabelecia critérios para a seleção de culturas a serem implantadas. A partir dessa lógica, conjuntamente à agricultura de subsistência, privilegiou-se o plantio de variedades como cacau, cana-de-açúcar e pimenta do reino, a serem dispostas, sobretudo, nas manchas de terra rocha presentes na região (MIRANDA, 1990, p. 39). Como reflexo dessas diretrizes, o sul do Pará destaca-se hoje como um dos maiores polos de produção cacaujeira do Brasil e, apesar de suas diferenciações espaciais e temporais, ainda apresenta grande parte de sua produção baseada nas orientações estabelecidas pelo Incra.

A partir de 1974, o ritmo de controle do Incra para a ocupação da região começa a decair, visto que o governo muda sua política de Estado e passa a privilegiar a colonização particular. Em sincronia com esse processo, intensifica-se o movimento espontâneo de indivíduos e famílias a procura de terras desocupadas. Com relação a isso, o morador da agrovila Olavo Bilac (Brasil Novo), cuja família imigrou em 1988, oriunda do Maranhão recorda:

“No início as pessoas vieram pra cá à procura de terra. Porque aqui a maioria do pessoal veio de fora. Veio do Nordeste. Dos lugares mais distantes, Paraná, Bahia. Na época a terra aqui tava solta. As pessoas iam entrando e pegando as terras. O Incra fez uma certa demarcação até a Agrovila, aí não teve gente pra frente, aí ficou solto. Aí veio gente de fora e ia pegando as terras, demarcando os lotes e ia ficando. Nesse período, as pessoas chegavam e demarcavam. Às vezes tinha gente que já tinha marcado só pra segurar, aí vendia baratinho, só pelo serviço.”

4.3 - Intensificações dos conflitos por terra – a partir da década de 1960

A segunda fase do processo de colonização caracteriza-se também pela intensificação da seletividade do acesso a terra, que varia conforme fatores como qualidade do terreno, distância aos centros populacionais e presença de infraestruturas diversas. Esta diferenciação, que na maioria dos casos pressupõe a existência prévia de recursos, provoca reflexos perduráveis nas estruturas territoriais, políticas e econômicas da região, de modo a avigorar a pressão fundiária e induzir uma nova lógica de produção do espaço. O morador residente na Agrovila Leonardo da Vinci (Vitória do Xingu), que chegou à região em 1971, oriundo de Santa Catarina descreve:

“A minha terra era aqui. Quando termina esse terreno era meu. Era 500 m de frente com 2 km. Eu comprei essa terra por 1000 cruzeiros para poder ficar aqui perto. Se não eu tinha ido pra lá do ‘km 90’. Aqui era assim, quem tinha lote perto daqui, a casa era aqui na vila, quem ficava longe, a casa era no lote...”

A partir dessa nova modalidade de apoderamento territorial, surgem grandes concentrações populacionais, muitas vezes maiores que núcleos previamente planejados, como no caso de Pacajás e Anapu. Nos anos subsequentes, sobretudo a partir de 1976, o Incra estabelece o

alongamento das vicinais e a liberação de lotes entre 1000 e 3000 hectares dentro do polígono de desapropriação, o que intensifica o processo de concentração de terras e a diferenciação social e econômica local (MIRANDA, 1990, p. 41-44).

Como parte dessa dinâmica, os lotes sob jurisdição estadual e mesmo os projetos de ocupação criados às margens das estradas, são (re)comprados por grileiros e fazendeiros, derivando-se, não raro, em grandes extensões de terra. Esse processo tem sido consideravelmente agravado pela atuação do poder público, que por mecanismos legais e judiciais, tende a favorecer os grupos da elite econômica em detrimento de populações menos favorecidas, como pequenos agricultores, ribeirinhos ou grupos indígenas (LOUREIRO e PINTO, 2005).

Nessa medida, observa-se que os conflitos por terra assumem na Amazônia como um todo, e no Médio e Baixo Xingu de forma particular, notórias expressões de violência e violação de direitos. Estes abusos, que atravessaram o período da ditadura e perpetuaram em todos os governos democráticos desde então, partem da perspectiva vigente de que a ocupação na Amazônia deve expressar prioritariamente o desenvolvimento capitalista e a modernização necessários à sua integração ao centro-sul do Brasil. A partir dessa intenção, fortalecem-se os mecanismos de repressão a conflitos agrários e a coalizão (seja por omissão ou declarado apoio) do Estado com agentes como grileiros, empresas agropecuárias, fazendeiros individuais ou mesmo pistoleiros e jagunços (BECKER, 1990).

Cria-se, nesse sentido, um ciclo viciosos de reprodução da desigualdade, violência e corrupção, que tendem a ser minimizados pela atuação de instituições como a movimentos sociais e a Igreja Católica. Esta tem um papel fundamental na organização das forças de resistência às imposições capitalista, de modo que em 1975 a Igreja da Amazônia Legal cria a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como um instrumento de organização e dinamização dos pequenos produtores violados em seus direito de acesso à terra e produção.

O exemplo mais emblemático da contraposição entre a associação de forças entre Igreja e trabalhadores rurais, oposta à associação entre o grande capital e omissão do Estado na região é sem dúvida o assassinato da freira Dorothy Stang, ocorrido em fevereiro de 2005. A irmã Dorothy, como é conhecida, que defendia o direito de pequenos produtores e extrativistas, foi morta por pistoleiros a mando de fazendeiros no município de Anapu. Após dez anos de ocorrência do crime, como evidência da morosidade do sistema judiciário brasileiro na defesa dos grupos menos favorecidos, os principais responsáveis (mesmo após terem sido julgados e condenados) não cumprem a pena estabelecida. Com relação à progressão dos conflitos

fundiários na região, o representante da Pastoral da Terra, atuante no município de Anapu, declara:

“Diminuído não tem. Hoje mesmo, não sei se vocês souberam, mas lá para o rumo de Uruará, mataram um trabalhador. Em Anapu tem um trabalhador que está há treze dias desaparecido. A coisa está tão sutil. Você chega nessas cidades pequenas, você chega em Anapu, eu comparo com uma cidade do faroeste. Pacatozinho...Mas vai ver o que acontece. Tem muitas coisas. Muitos trabalhadores são mortos.”

4.4 - Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte - início do século XXI

Longe de ser menos complexo e questionável, a partir de 2011, mais um grande empreendimento de infraestrutura está sendo instalado na região do Médio e Baixo Xingu. Trata-se da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), construída nas imediações de 11 municípios do estado do Pará (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu)¹⁴ como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Dilma Rousseff. O projeto prevê que quando concluída a UHE Belo Monte representará o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, com capacidade máxima (no período de cheia) de cerca de 11.000 MW/h, atrás somente da chinesa “Três Gargantas” (22.720 MW/h) e da paraguaio-brasileira “Itaipu” (14.000 MW/h).

A discussão sobre o barramento rio Xingu não é recente visto que está nas agendas de disputa política desde o comando militar e também encabeçou programas estratégicos dos governos democráticos de José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Lula e finalmente Dilma Rousseff. Desde então, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, (sócio)ambientalistas e movimentos religiosos representaram forte resistência ao projeto, denunciando seus potenciais impactos ambientais e sociais, em uma área marcada pela ausência do Estado na esfera dos interesses locais.

Um dos maiores impactos da obra, que se reflete direta ou indiretamente nos diferentes espaços da região, é o incremento populacional provocado pela migração de pessoas das mais

¹⁴ Apesar dos reservatórios da UHE Belo Monte estarem localizados nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, os impactos diretos e indiretos atingem 11 municípios (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu) (ELETROBRÁS, 2009).

diversas partes do país. Esse influxo de população, que segue diferentes lógicas e motivações, começou com o anúncio da obra pelo primeiro governo envolvido em sua elaboração e intensificou-se com o início do empreendimento. Esta hipótese se confirma a partir da fala do morador Vila Belo Monte do Pontal (Anapu), nascido na Bahia:

“Eu vim pra esse lugar aqui há 30 anos atrás, em 1985, eu vim influenciado pela barragem... agora que chegou. Mas ninguém se preparou pra esse empreendimento tão grande. Altamira não se preparou.”

Do ponto de vista ambiental, algumas das principais críticas à obra são: a alteração do regime hidrológico, o comprometimento da qualidade da água, o assoreamento do rio (devido à retirada da mata ciliar), a intensa emissão de gás de efeito estufa (decorrente da decomposição da cobertura vegetal submersa), problemas de saúde pública (propensão à proliferação de doenças de veiculação hídrica) e perda de serviços dos sistemas terrestres e aquáticos, incluindo biodiversidade e alteração dos processos biológicos (BERMANN, 2007, p. 141; TUNDISI, 2007, p. 111). Com relação a alguns impactos ambientais, o morador da comunidade Belo Monte do Pontal (Anapu) que imigrou para a região em 1972, oriundo do Ceará destaca:

“A maior praia do Canarí está sendo engolida pela UHE Belo Monte. Nós já brigamos alto nesse negócio aí. A praia do Canarí era enorme. A base de 3 km². Antigamente era o tabuleiro das tartarugas. Tá comendo tudinho, tá levando para a barragem. Eles pegaram areia. Até hoje tá o maquinário lá, tirando areia direto. Toda areia pra obra aí”.

No que concerne aos impactos sociais, os agentes contrários à obra¹⁵ denunciam a fragilidade da posição das populações afetadas (ribeirinhos, indígenas, pequenos agricultores, população urbana, etc.), frente à esmagadora posição do Estado e das empresas do setor energético brasileiro. Se por um lado a energia hidrelétrica é repetidamente apresentada como uma fonte limpa, renovável, barata e necessária ao desenvolvimento nacional, os elevados custos sociais como: redução da capacidade de pesca e agricultura, realocação da população local, violência

¹⁵ Entre os agentes que permaneceram contrários à obra é possível destacar instituições ligadas à igreja católica, tais como a Prelazia do Xingu, Conselho Indigenista Missionário, o coletivo Movimento Xingu Vivo para Sempre, além de entidades representativas de grupos como ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais.

cultural e material, problemas de segurança e bem-estar são camuflados em meio ao expressivo desconhecimento (inter)nacional sobre a região. Os representantes do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) em Altamira consideram que a construção da UHE de Belo Monte influenciou consideravelmente no aumento da demanda do centro e com relação a isso declaram:

“Altamira agora com essa hidrelétrica, aumento bastante a demanda. Muito mesmo. A população cresceu muito. Nós trabalhamos aqui no CREAS com direitos violados. Negligência tem bastante. Principalmente com relação ao idoso, à criança. Violência sexual contra criança tem bastante. Como tem muito homem na cidade, muito pião que a gente chama né? Então o índice de violência sexual contra criança e adolescente é bem grande. Outra demanda que está aparecendo muito é o uso de drogas entre adolescentes. Eu estou aqui há três meses e cada vez vai chegando mais casos de adolescentes usuários de drogas, principalmente crack... E com o término da hidrelétrica eu vejo que alguns problemas sociais, como a questão da droga vão ficar. A questão da prostituição também. Se vocês saírem no começo do mês aqui nesses bares, vocês vão ver o que é prostituição. E são crianças, adolescentes. Tudo.”

A partir desse retrato, a despeito da incompletude do empreendimento, já é possível dizer que esta região mergulhada em mais uma camada de conflitos, sejam eles sociais, ambientais, políticos ou econômicos. Anuncia-se que mais uma vez a região do Baixo e Médio deverá tomar para si a responsabilidade de assistir a um Brasil que a desconhece ou ignora.

5. Considerações finais

Este estudo colabora com a compreensão de como a acumulação de processos no Médio e Baixo Xingu compõe o cenário recente da região. A tentativa de decifrar essas trajetórias e compreender os diferentes agentes nele envolvidos, parte da hipótese de que a região tem sido recorrentemente tratada como uma simples periferia capitalista e que suas contradições estão diretamente ligadas às incompreensões e invisibilidades reproduzidas na região. Além disso, vale destacar que a discretização desses acontecimentos não ignora suas contraposições e com isso, busca-se tão somente evidenciar alguns dos motores da produção do espaço regional.

Entre esses regimes econômicos é possível destacar o início do processo de colonização iniciado no século XVII, a abertura da Transamazônica anunciada em 1970, o processo de acumulação de terras intensificado a partir de 1960 e, mais recentemente, a construção da UHE Belo Monte iniciada em 2011. Nessa trajetória, observa-se que a lógica do capital na produção do espaço na região se transferiu gradativamente do rio para a estrada, a ponto da navegabilidade e presença de recursos como pesca e lazer, ser abruptamente comprometida pela construção da terceira maior hidroelétrica do mundo.

Outro fenômeno que colabora com a conversão do espaço regional é crescente acumulação de terras por parte de grandes fazendeiros, que intensifica processos como o êxodo rural e o inchaço de centros urbanos. A conjunção de ambos os problemas resulta em consequências como intensificação dos conflitos por terra, crescimento de periferias, aumento da violência urbana e rural e incremento no número de habitações inadequadas.

Em consequência disso, muitas instituições se consideram incapazes de acompanhar o ritmo das demandas que se impõem frente ao cambiante cenário social da região, que devem constantemente adaptar-se às demandas impostas por instituições externas ou desconectadas dos interesses da população local descapitalizada. Estes, frente a dificuldade de definirem o cenário desejado para a região, procuram adaptar-se a partir estratégias como mobilidade e flexibilidade do trabalho e mobilidade espacial em diversas escalas de tempo e espaço.

A metodologia adotada, que consistiu na conciliação de pesquisa teórica e empírica, revelou o desencadeamento de vários os ciclos econômicos na região, todos com diversos reflexos que se perpetuam ainda hoje. Por outro lado, constatou-se que a promessa de progresso capitalista esteve sempre muito distanciada de uma proposta de desenvolvimento sustentável e duradouro que, quando presentes, mostraram-se constantemente atrasadas ou inadequadas à realidade estudada.

Por fim, é possível inferir que isso se revela em parte porque, como proposto do BECKER (2013, p. 38), a exemplo do que aconteceu em diversos outros espaços e momentos na Amazônia, esses surtos não resultam em dinamismo urbano, econômico e social, visto que *“não levaram a uma nova divisão de trabalho capaz de mudar o conteúdo, a estrutura e a complexidade da economia”*. Desse modo, sem avanços distributivos, a lógica espacial e social se estabelece de modo a suprimir o interesse de grupos historicamente desfavorecidos, tais como: grupos indígenas, ribeirinhos e imigrantes sem recursos financeiros, e reafirmar

privilégios de grupos privilegiados, tais como: fazendeiros, grandes empresas (estatais ou não) ou de diversas instituições.

6. Referências Bibliográficas

ANDRADE, L., VIVEIROS DE CASTRO, E. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as Sociedades Indígenas. In: Leinarde Santos; Lúcia Andrade. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

BECKER B., *Amazônia*, Editora Ática, São Paulo, 1990a.

____Apresentação, In: BECKER B., MIRANDA M., MACHADO L. (Orgs.), *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*, Editora UnB e UFRJ, Brasília e Rio de Janeiro, 1990b.

____, *A urbe amazônica: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BERMANN, C. *Impasses e controvérsias da hidroeletricidade*. Estud. av. [online]. 2007, vol.21, n.59, pp. 139-153. ISSN 1806-9592.

FEARNSIDE, P. M. *Projetos de colonização na Amazônia brasileira: objetivos conflitantes e capacidade de suporte humano*, Cadernos de Geociências, n. 02; 1989. p. 07- 25.

____, *O conflito em torno da construção da usina hidrelétrica de belo monte sob o idioma da coprodução*. 38º Encontro anual da Anpocs. Caxambu, Minas Gerais, 2014.

LOUREIRO, V. R. e PINTO, J. N. Aragão. *A questão fundiária na Amazônia*. Estud. av. [online]. 2005, vol.19, n.54, pp. 77-98. ISSN 1806-9592.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu*, Relatório Técnico, Disponível em: < http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9cbd2d8c-9e8c-4db0-a362-f7f4af1e9b96&groupId=24915 >, Acesso em: 22 de junho de 2015.

MARIN, R., *Visão histórica da região do rio Xingu: economia e diversidade étnica*, Papers do Naea, n 276, p. 1-22, 2010.

MARTINS, J. S., *Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano*. HUCITEC. São Paulo, 1997.

MIRANDA M., Colonização oficial na Amazônia: o caso de Altamira, In: BECKER B., MIRANDA M., MACHADO L. (Orgs.), *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*, Editora UnB e UFRJ, Brasília e Rio de Janeiro, 1990.

MORAES, R. *Navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha*, Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SANTOS, M., *Da totalidade ao lugar*, Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TUNDISI, J. , *Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia*, Estudos Avançados 21 (59), 2007.